



COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

ACTA NÚMERO 2/XI/ 1.ª SL

Aos 18 dias do mês de Novembro de 2009, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, na Sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados
2. Apreciação e discussão do regulamento da Comissão
3. Apreciação e discussão do plano de actividades para 1.ª Sessão Legislativa da XI Legislatura
4. Outros assuntos.

No primeiro ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente colocou à apreciação dos Deputados presentes a continuação ou não da prática parlamentar de os assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados serem tratados em reunião fechada. Pronunciaram-se a este propósito os Senhores Deputados João Serrano (PS), Jorge Bacelar Gouveia (PSD), Pedro Mota Soares (CDS-PP), Catarina Martins (BE) e João Oliveira (PCP), todos no sentido de que deveria continuar-se a tratar esses assuntos em reunião fechada, pelo que o Senhor Presidente solicitou que fosse fechada a porta, para prosseguir a reunião.

Passou-se então ao tratamento dos assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

Terminado este ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente solicitou que fosse aberta a porta e passou-se à apreciação do projecto de regulamento, tendo logo esclarecido que o artigo 2.º do mesmo esperava ainda a clarificação, em sede de Conferência dos Presidentes das Comissões Permanentes (CPCP), de competências na área da família. Informou ainda que na última CPCP tinha sido definido que a área da violência doméstica seria da competência da 1.ª Comissão, acompanhando a transferência, para aquela, da matéria da igualdade de oportunidades, e que a matéria dos direitos de autor seria competência da 13.ª Comissão.

Tendo concordado em geral com o projecto de regulamento apresentado, usaram da palavra os Senhores Deputados Inês de Medeiros (PS), para sugerir a inclusão nas competências da Comissão da área do diálogo multicultural, questão que o Senhor Presidente afirmou levar à próxima CPCP; Jorge Bacelar Gouveia (PSD), para sugerir que fosse incluído na alínea d) do artigo 2.º uma referência à protecção da língua portuguesa; João Oliveira (PCP), para sugerir que se deve tornar a incluir, nessa mesma alínea, a referência aos direitos de autor, e lembrar que a política da língua portuguesa é transversal a outras comissões; Cecília Meireles (CDS-PP), para defender a necessidade de aclaração das competências; e Catarina Martins (BE), para concordar com a intervenção do Deputado João Oliveira.

Passando ao ponto seguinte da ordem do dia, a Senhora Deputada Catarina Martins (BE) sugeriu que, no plano de actividades para a presente sessão legislativa, fosse incluído o acompanhamento do trabalho e a qualificação na área da cultura, tendo por base o estudo editado pelo Observatório das Actividades Culturais, e o acompanhamento da rede de cineteatros. Usaram também da palavra os Senhores Deputados João Oliveira (PCP), para referir a necessidade de se continuar o trabalho iniciado pelo Grupo de Trabalho da Lei da Rádio, continuando a avaliação do cumprimento desta lei; Inês de Medeiros (PS), para colocar à ponderação dos Deputados a questão da defesa dos direitos de autor e a Internet, o sistema de financiamento da cultura face às novas plataformas de comunicação, a falta de legislação sobre o entretenimento nos novos meios da sociedade de informação, e a regulação em termos laborais e sociais da cultura como elemento essencial para o desenvolvimento da cultura social; Cecília Meireles (CDS-PP), para sugerir a inclusão da audição do Conselho de Opinião da RTP e da Confederação de Meios de Comunicação Social e o acompanhamento da regulação da lei de bases do património; e Jorge Bacelar Gouveia (PSD), para questionar sobre o grau de execução do plano de actividades da última sessão legislativa.

O Senhor Presidente prestou a informação solicitada pelo Senhor Deputado Jorge Bacelar Gouveia (PSD) e solicitou aos coordenadores dos grupos parlamentares que fizessem chegar aos serviços de apoio à Comissão as suas sugestões até às 12 horas de dias 24 próximo, para serem distribuídas ainda nesse dia e trabalhadas na reunião de dia 25.

No último ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente começou por abordar a questão das faltas, que foi objecto de apreciação na última CPCP, com as seguintes conclusões: o livro de presenças é fechado pelo Presidente da Comissão no fim da reunião; a justificação de faltas faz-se de acordo com o Regimento; a justificação

por trabalho político tem de ser especificada e quando não o possa ser tem de ser corroborada pelo coordenador do grupo parlamentar na Comissão.

Sobre as grelhas de distribuição de iniciativas e outros pareceres, foi acordada a existência de uma grelha autonomizada para as questões de ética, sendo os processos distribuídos a Deputados do mesmo grupo parlamentar a que pertence o Deputado que solicita ou a que se refere o parecer; e a existência de uma outra grelha elaborada segundo o método de Hondt, para os pareceres sobre iniciativas legislativas, pareceres sobre iniciativas europeias e restantes pareceres (por exemplo, sobre os relatórios de regulação da ERC). O prazo para elaboração destes pareceres será de três semanas, para poderem ser agendados para discussão na Comissão dentro do prazo regimental de 30 dias após a admissibilidade da iniciativa legislativa. Ainda a este propósito, o Senhor Presidente lembrou que os autores da iniciativa têm o direito de a apresentar perante a Comissão e ele tentará que isso aconteça na semana seguinte à nomeação de relator. Para este ponto específico, contribuiu o Senhor Deputado João Oliveira (PCP), com a sugestão de que fosse adoptado o método da Comissão de Educação e Ciência na Legislatura anterior: após a apresentação da iniciativa, havia uma breve ronda de perguntas e respostas que, muitas vezes, contribuiu para esclarecer e ultrapassar questões técnicas relevantes.

O Sr. Presidente informou ainda que não transitaram quaisquer petições da Legislatura anterior, mas já deram entrada o relatório e contas de 2008 da RTP, que vai ser distribuído aos Deputados, para conhecimento, e o relatório de regulação e actividades de 2008 da ERC, que, para além de ser distribuído aos Deputados, deverá também ser objecto de elaboração de parecer, cabendo este ao PS, segundo a grelha de distribuição. Ainda a propósito deste relatório, o Senhor Presidente deu conta que iria tentar agendar a audição do Conselho Consultivo da ERC para a primeira quinzena de Dezembro.

No que toca às audições obrigatoriamente realizadas pela Comissão, o Senhor Presidente informou que iria tentar organizar um calendário que permitisse aproveitar o período de discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2010, em que não há reuniões plenárias e permite que as comissões não directamente envolvidas nessa discussão possam reunir para outros trabalhos. No que toca às audições dos Senhores Ministros impostas pelo artigo 104.º, n.º 2, do Regimento, essas terão de ser coordenadas e ainda falta resolver a questão da competência da Comissão na área família, que poderá implicar a audição do ministro competente.

Abordando a questão de criação ou não de subcomissões, o Senhor Presidente solicitou aos grupos parlamentares que a ponderassem, para ser debatida na próxima reunião da Comissão.

Sobre os dias para a realização das reuniões ordinárias, o Senhor Presidente informou que na Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares o Senhor Presidente da Assembleia da República não deu qualquer orientação, mas, por razões práticas (já muitas comissões deram a indicação de que pretendem reunir à terça-feira à tarde), as reuniões da Comissão deverão realizar-se às quartas-feiras, pelas 11 horas ou 11 horas e 30 minutos, ou, quando houver audições, às 10 horas.

Finalmente, o Senhor Presidente referiu a questão do acompanhamento das iniciativas europeias e o novo Tratado de Lisboa, tendo informado que a equipa de apoio à Comissão de Assuntos Europeus irá fazer uma apresentação desta matéria em cada uma das comissões parlamentares até ao fim do ano.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente marcou a próxima reunião para o dia 25 de Novembro, pelas 11 horas, e encerrou a reunião às 12:30 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de Dezembro 2009

O PRESIDENTE

(LUÍS MARQUES GUEDES)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
António Montalvão Machado
Carla Rodrigues
Catarina Martins
Cecília Meireles
Celeste Amaro
Filipe Neto Brandão
Helena Lopes da Costa
Inês de Medeiros
Isabel Oneto
João Oliveira
João Serrano
Jorge Bacelar Gouveia
José Rui Cruz
Luís Marques Guedes
Maria Conceição Pereira
Miguel Laranjeiro
Rui Pereira
Vítor Fontes
Agostinho Branquinho
António Leitão Amaro
Luís Campos Ferreira
Maria Luísa Santos
Nuno Encarnação
Pedro Mota Soares
Raquel Coelho
Rita Rato
Sofia Cabral

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Marcos Sá
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: